

DOSSIÊ | OLHARES CRUZADOS PARA A ÁFRICA: TRÂNSITOS E MEDIAÇÕES – Algumas reflexões

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2017.141823>

Laura Moutinho, Wilson Trajano Filho
e Andréa Lobo

▲ *Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil*

▲ *Universidade de Brasília | Brasília, DF, Brasil*

▲ *Universidade de Brasília | Brasília, DF, Brasil*

✉ *lmoutinho@usp.br, trajano@unb.br e andreaslobo@yahoo.com.br*

Em 2017, um número significativo de países africanos teve novas eleições, o que vem sendo considerado um desafio para as democracias recentemente instauradas no continente que, assim como no Brasil, vêm enfrentando sérios questionamentos e mesmo ameaças diretas. As diferenças entres os processos específicos de cada contexto nacional deixam entrever, contudo, algumas semelhanças: corrupção, persistência de certos cenários de desigualdade social (mesmo com todas as transformações vividas nas últimas décadas), avanço da extrema direita ou ao menos o questionamento de uma série de direitos sociais recentemente adquiridos. O cenário africano, neste sentido, tem atualmente de enfrentar outros desafios não resolvidos com a democracia, como a persistência do racismo, da homofobia, do sexismo – no caso da África do Sul, apesar de uma legislação tida como progressista (ver Zethu Matebeni, neste dossiê)¹. Registram-se guerras, fome, incontáveis formas de devastação e miséria, mas também epidemias como do ebola, que continuam a alimentar antigos estereótipos e a justificar exclusões que se desdobram desde o período colonial. Todavia, importa afirmar que os países do continente africano não se encontram isolados nessas experiências de desamparo e de desigualdade.

Como parte desse cenário, interessa ao Brasil, e particularmente ao campo de estudos e pesquisas em África, acompanhar de perto os desdobramentos dos BRICS², que têm fomentado uma interlocução Sul-Sul, especialmente entre o Brasil, a África do Sul (e África Austral como um todo) e a Índia. Acordos de cooperação foram firmados ao longo da última década, apesar de tais alianças virem sendo ameaçadas pelo governo de Michel Temer.

No Brasil, o campo de estudos em África cresceu significativamente. Há um fluxo intenso de ideias e pessoas, mesmo num momento em que, de modo

1 Em português, ver também Moutinho (2004 e 2014); Blaser et al. (2010) e Moutinho et al. (2010).

2 O acrônimo BRICS se refere aos países descritos como “emergentes”, que formaram um grupo de cooperação. Brasil, Rússia, Índia, China são os países fundadores do grupo, cuja intenção era associar os seus crescimentos econômicos a influência geopolítica. O “S” foi incorporado em 2011, com a admissão da África do Sul.

dramático, vivemos uma reconfiguração do Estado e das relações e cooperação internacionais. A questão da internacionalização é central para a produção acadêmica contemporânea e, no caso em tela, temos reunido esforços, especialmente por meio de editais do CNPq, como o PROÁFRICA, no sentido de dar peso à construção de agendas que fomentem alianças transnacionais com estudiosos da região.

Outro aspecto importante a ser considerado neste trabalho de pesquisa e interlocução relaciona-se às inúmeras reuniões que temos organizado e participado nos últimos anos acerca da internacionalização e da publicação em revistas científicas internacionais. Como Trajano Filho (2012b: 40-41) adiantou, muitas das revistas científicas sobre África, publicadas ou não no continente, são B1, B2, B3 ou mesmo sem classificação no sistema de avaliação e classificação da Capes. Virou moeda comum se ressaltar a importância de se publicar em inglês. Parece ser menos frequente, entretanto, o movimento de colocar em perspectiva a geopolítica do conhecimento. Claudio Furtado chamou atenção para essa dimensão no 39º Encontro Anual da Anpocs: em África, o inglês também é a língua privilegiada da comunicação científica – ao lado, em menor medida, do francês e do português –, mas isso não faz com que as publicações do continente sejam mais valorizadas.

Neste sentido, frente às transformações políticas contemporâneas e aos desafios que temos enfrentado e compartilhado – especialmente aqueles localizados no Hemisfério Sul – faz-se necessário trabalhar pela cooperação e pela colaboração. Como atuar conjuntamente para mudar nossa situação e, ao mesmo tempo, manter ou elevar o nível da produção veiculada nesses periódicos? Como pensar o nosso lugar de pesquisadores e pesquisadoras em África no contexto de uma complexa geopolítica do conhecimento? Em que línguas publicar? Precisamos, igualmente, abrir frentes de trocas com pesquisadores oriundos de outros centros acadêmicos emergentes, como da Índia, do Japão, da Rússia, da China, de países europeus e da América Latina que mais recentemente começaram a se dedicar ao continente africano (Alemanha, Espanha, Polônia, Dinamarca, Argentina, México etc.). Todas essas são questões centrais para a internacionalização obrigatória da pesquisa feita em continente africano por cientistas sociais brasileiros.

O sistema global de propriedade intelectual, o regime de direitos autorais e o sistema de produção e distribuição do conhecimento não são, como já chamou atenção Colin Darch – pesquisador da University of Cape Town (UCT) e da UFPE, em debate recente – nem equilibrados, nem neutros, nem isentos de juízo de valor. A pobreza informacional e as dificuldades que enfrentamos com o fluxo de pessoas e ideias não são explicadas pela pobreza material (Darch, 2017). Hoje, mais que nunca, faz-se necessário reunir esforços para colocar em perspectiva e fazer pressão sobre os sistemas de comunicação científica. Afinal, fazer

pesquisa em África é se colocar em redes de trocas intelectuais com pesquisadores em vários cantos do mundo.

Face a este amplo conjunto de questões, este dossiê³ atende a um duplo objetivo: 1) estimular o diálogo e a reflexão acerca dos temas que ganham destaque em pesquisas realizadas em diferentes contextos do continente africano; 2) ampliar as trocas e conversas entre pesquisadores de proveniências variadas que realizam seus trabalhos em África, dando destaque ao local de onde se dirige o olhar para o continente. Ainda, a proposta mais ampla desta seleção de artigos é investir nas interconexões (explícitas ou fruto de ações em rede) entre diferentes países do chamado eixo Sul-Sul que possuem histórias relacionadas, mas que não compartilham uma mesma trajetória histórica colonial nem o mesmo quadro de relações raciais e de gênero.

O ponto de partida a balizar este empreendimento foi o dos olhares cruzados e inusitados. O olhar convencional da antropologia para a África sempre esteve constrangido pelas relações de dominação colonial, mesmo passados cerca de 60 anos das independências africanas. Assim, antropólogos ingleses olhavam e ainda olham para as realidades dos países que um dia foram colônias do Reino Unido. Os franceses, portugueses e belgas fazem o mesmo com relação aos países que um dia foram parte de seus respectivos impérios. Também consideramos convencional o olhar do império global do presente que, apesar de uma forte inclinação para as realidades de países africanos anglófonos, acaba por direcionar-se a todo o continente.

Há, contudo, uma grande variedade de olhares inusitados que aportam novas cores e contornos, relativamente negligenciados pelas perspectivas convencionais. Numa versão mais fraca, temos aqueles que dizem respeito aos pertencimentos transversais: antropólogos portugueses estudando realidades do Gabão, belgas trabalhando na Guiné-Bissau, franceses conduzindo investigação na Tanzânia. Uma versão interessante desse olhar marcado por pertencimento transversal seria o caso de antropólogos socializados em um país africano realizando pesquisa em outro país do continente, distante do seu em termos dos nexos históricos e territoriais.

Mais inusitados, conformando um caso clássico do diálogo Sul-Sul, seria a mirada da África pela antropologia brasileira. O olhar de nossos etnólogos para o continente representaria um caso de grande interesse, especialmente quando se trata de pesquisas orientadas para realidades que estão além dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Outros casos do mesmo tipo poderiam ser considerados, como uma África vista por indianos, japoneses, mexicanos, argentinos etc. Por fim, ainda mais insuspeitos seriam os olhares dos antropólogos africanos para realidades não africanas, sejam os antigos impérios coloniais, sejam outras realidades do Sul.

3 Este dossiê, em parte, é um desdobramento do Seminário de mesmo nome, realizado em duas diferentes edições: na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, em João Pessoa, na Paraíba, e na Universidade de São Paulo (USP), em agosto de 2016. Os seminários contaram com apoio da Fapesp (processo No 16/09840-0), da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e do CNPq, através do Projeto PROÁFRICA: “A Vizinhança nas entrelinhas: alianças e conflitos, trocas (des)iguais e cooperação entre Moçambique e África do Sul”, aprovado na Chamada MCTI/CNPq Nº 46/2014 – Programa de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação com Países da África, coordenado desde o Departamento de Antropologia da USP.

Em vista desse exercício, elaboramos um dossiê que reúne antropólogos que representam os casos acima, de modo a, por meio de suas pesquisas substantivas, refletir sobre a importância do lugar do olhar, especialmente dos olhares cruzados para o continente africano. Sem excluir as reflexões de natureza explicitamente epistemológica, privilegamos as contribuições que fazem essa reflexão a partir dos estudos e da experiência concreta de pesquisa dos autores e autoras.

Este é um primeiro esforço nessa direção. Gostaríamos de ter amalhado contribuições de antropólogos ou cientistas sociais indianos, russos, japoneses latino-americanos que fazem pesquisa em África, mas não foi possível na presente ocasião. Ausente também está o olhar brasileiro para o continente, mas, em larga medida, esta apresentação preenche parcialmente essa lacuna. Não conseguimos convidar um cientista social africano que trouxesse um olhar da África para a Europa ou para o Norte Global, mas temos neste dossiê um texto que, com uma reflexividade refinada, olha para a África a partir do Brasil e, nesse movimento, reconstrói os entendimentos sobre o próprio Brasil, Cabo Verde e a África (ver Cláudio Furtado, neste dossiê).

OLHARES BRASILEIROS PARA ÁFRICA

Inserir o caso brasileiro neste debate não é tarefa simples e merece uma análise particular, além de um levantamento de dados consistentes e que façam jus à complexidade dos olhares cruzados que nos propomos aqui a discutir. Como muito bem apontado por Omar Ribeiro Thomaz (2008), a formulação de algo como uma “singularidade da antropologia brasileira” traz consigo problemas, uma vez que são numerosos os exemplos de nossa história em que podemos aproximar nossa disciplina de movimentos mais ou menos imperiais que se davam internamente às nossas fronteiras. Uma suposta originalidade da antropologia brasileira deve ser, portanto, muito bem matizada. Certamente, isso se estende para as relações de pesquisa e de cooperação que estabelecemos em África e alhures.

Isso dito, cabe ainda nos perguntarmos sobre os tipos de relações que estabelecemos sob a roupagem de relações Sul-Sul, supostamente mais igualitárias ou com a marca da horizontalidade. Se é certo que a posição dos brasileiros – pesquisadores, cooperantes, parceiros – não é a mesma dos antigos colonizadores ou dos demais parceiros do Norte Global, ela não necessariamente é uma relação entre iguais. Quais seriam, portanto, as marcas dos olhares brasileiros sobre a África?

Acompanhando um movimento de internacionalização das agendas de pesquisa nas ciências sociais no Brasil, o campo dos estudos africanos tem atraído um número crescente de investigadores vinculados a centros de pós-graduação

no Brasil. Esses profissionais não conformam um grupo homogêneo. Diversas são suas trajetórias acadêmicas e as perspectivas teóricas que orientam seus trabalhos. Muitos desses profissionais são brasileiros, formados no Brasil; outros não são brasileiros, embora tenham tido parte substancial de sua formação no país. Ainda, outros, de nacionalidade brasileira ou não, tiveram sua formação acadêmica fora do país e integram hoje centros de ensino e pesquisa no Brasil.

Quando observamos o cenário escolhido por esses profissionais para realização de suas pesquisas, deparamo-nos também com considerável variedade de contextos abordados. Muitos têm desenvolvido seus estudos no que poderíamos vagamente chamar de “África portuguesa” (ou Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), especialmente Cabo Verde, Angola e Moçambique – faz necessário salientar que, já neste conjunto, enumeramos contextos um tanto diversos. Embora relacionados em alguma medida por compartilhar determinados aspectos do seu passado colonial, esses países abrigam populações tradicionais com muito pouco em comum e vivenciam hoje situações político-econômicas muito distintas. Atravessando a fronteira linguística, ainda de maneira um pouco tímida, alguns passos começam a ser dados em direção a outras regiões do continente. Já são hoje tomados como objeto de investigação fenômenos que se desenvolvem em países tão diversos como Benim, Uganda, Gana, Mali, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Namíbia, África do Sul, Serra Leoa, entre outros. Tratamos, portanto, de um campo cuja unidade é frágil, demandando uma atenção especial.

Diante de tal quadro, cresce a necessidade de sistematização dos debates no interior desse campo emergente. Mostra-se oportuno um esforço em melhor articular, inclusive colocar em interlocução esse conjunto de trabalhos, dando a conhecer o que se tem produzido, adensando o diálogo, conferindo sólida base teórica à análise do material empírico que se acumula e discutindo as possibilidades futuras dos estudos africanos realizados a partir do Brasil ou em perspectiva comparada internacional.

Os desafios, avanços e as potencialidades de tais estudos já foram objeto de reflexão por alguns de nós (Braz Dias, Thomaz, Trajano Filho e Silva, 2008; Moutinho e Carrara, 2010; Trajano Filho, 2012b; Marques e Jardim, 2012; Cesarino, 2017), o que desejamos aqui é dar continuidade a esses esforços, ao sistematizar alguns dados e traçar um panorama do campo em questão. Faz-se necessário começar pela extensão deste movimento, pois só assim teremos a dimensão do quanto esse processo é embrionário, diverso e repleto de percalços e desafios.

De acordo com os mapeamentos da antropologia realizada no Brasil, vemos que estamos diante da terceira maior comunidade nacional de antropólogos do mundo (atrás da estadunidense e da japonesa). A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) tem mais de 1 mil associados pós-graduados e suas reuniões agregam, nos últimos anos, mais de 2 mil participantes. Hoje, temos 25 programas de pós-graduação, 17 oferecendo formação doutoral. Tal quadro,

se comparado com dez anos atrás, demonstra um crescimento importante da comunidade antropológica, detendo-se apenas no contexto universitário e em nível de pós-graduação.

Este cenário se complexifica se acrescentarmos outra dinâmica que se impõe a esta comunidade: o processo de internacionalização (que precisa ser contextualizado). Como nos informa Peter Fry (2004), ao voltar-se para fora muitos brasileiros seguem interessados em grupos brasileiros ou expressões da cultura brasileira no exterior. O campo de estudos das migrações, por exemplo, é um dos que têm levado muitos antropólogos brasileiros para fora do país – que, no entanto, costumam seguir justamente os caminhos que os brasileiros percorrem em seus projetos migratórios. Encontramos estudos sobre moda brasileira na França, migrantes brasileiros nos Estados Unidos, Portugal e França, dançarinas e empregadas domésticas brasileiras nos EUA, travestis brasileiras na Espanha, músicos brasileiros em Paris.

No caso dos estudos que têm a África como cenário, portanto, perguntamos: qual é o lugar dos estudos africanos na antropologia brasileira? Com quem esses estudiosos dialogam? Como se dá a formação destes antropólogos? O que tem sido produzido e qual é o seu público leitor? Quais são os desafios e perspectivas desse campo?

Primeiramente, cabe lembrar que a temática africana permeia o pensamento dos cientistas brasileiros desde o início do século passado. Nina Rodrigues, Roger Bastide, Pierre Verger e Gilberto Freyre são exemplos paradigmáticos deste interesse e de sua importância para o pensamento antropológico no país. Ainda que alguns deles tenham feito incursões à África, como Bastide, Verger, Freyre, Trajano Filho (2012a) afirma que a África que mais interessava a esses cientistas sociais era aquela assentada em solo brasileiro, e esta é uma característica ainda presente nos dias de hoje⁴.

Se caminharmos para os anos 1970 e 1980, eram pouquíssimos os estudiosos do mundo africano no Brasil vinculados, com maior ou menor fidelidade à antropologia. Um deles era Peter Fry, que seguiu a linhagem clássica da antropologia britânica na região com seu trabalho sobre a possessão de espíritos numa comunidade do Zimbábue. Outros dois pesquisadores são fundamentais nesse período, tendo nascido em África e que vindo para o Brasil, doutorando-se na USP com teses sobre seus países. Ambos também se vincularam ao Centro de Estudos Africanos da mesma instituição: Kabengele Munanga, da República Democrática do Congo e Carlos Serrano, de Angola, orientados, respectivamente, por João Baptista Borges Pereira e Fernando Augusto Albuquerque Mourão, recentemente falecido. A estes se junta um então jovem pesquisador brasileiro que, na década de 1980, iniciou seu projeto de pesquisa sobre a Guiné-Bissau vinculado a Universidade da Pensilvânia e que iria, mais tarde, ser

4 Ver sobre o tema Peixoto (2015).

um dos pioneiros na formação de um grupo bastante ativo de Estudos sobre Etnologia Africana na Universidade de Brasília (UnB), Wilson Trajano Filho. Este campo, marcadamente masculino em seu momento inicial, reproduziu-se desde então com maior diversidade de gênero: algumas mulheres antropólogas estão entre as primeiras formadas por estes pesquisadores na área, respectivamente: Laura Moutinho (formada na UFRJ, atualmente na USP), Luena Nunes Pereira (Formada na USP, atualmente UFRRJ), Andréa Lobo (com carreira discente e docente na UnB) e Juliana Braz Dias (que segue um percurso similar na UnB).

Seguindo rapidamente para os dias de hoje, o grupo de antropólogos interessados em África cresceu substancialmente. Atualmente, calculamos haver cerca de 40 pesquisadores doutores em antropologia nos programas de pós-graduação com projetos de pesquisa no continente africano, a maioria formada no país. Somam-se a estes um número um pouco menor de sociólogos, um grupo que tem crescido de historiadores com projetos em países africanos, uma dezena de estudiosos das literaturas africanas, bem como uma centena de estudantes de mestrado e doutorado em todas estas disciplinas que começam a se envolver com o estudo da África. Vale ainda destacar os antropólogos e pesquisadores das ciências humanas que atuam no campo da Medicina Social e da Saúde Preventiva. Notaremos, então, que o quadro atual é muito diversificado. Seguimos o qualificando um pouco mais.

Numa busca pelos bancos de teses e dissertações⁵ dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) com docentes que têm se vinculado a projetos ou programas sobre contextos africanos (UnB, USP, UFPR, Unicamp, UFBA, UFPE, Museu Nacional, Unesp, UFRGS) temos, nos últimos dez anos, cerca de 50 teses e dissertações defendidas como resultado de pesquisas desenvolvidas em ou sobre África. Percorrendo brevemente os resumos destes trabalhos, arriscamos dizer que cerca de 70% deles são resultado de pesquisa sobre África, não necessariamente realizadas em solo africano. Como exemplo, temos estudantes africanos no Brasil com pesquisas documentais, análises de obras literárias ou sobre arte africana, cinema africano, migrações e refugiados africanos etc.

Quando observamos os lugares de interesse em África, temos um foco predominante nos países de língua portuguesa. Cabo Verde, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe destacam-se como destinos de pesquisa que muitos de nós, docentes e discentes, escolhemos para pensar uma diversidade de questões: analisar formas musicais, instituições de ajuda mútua, práticas e estratégias de incorporação e reprodução social, conflitos sociais, relações de gênero, dominação colonial, sexualidade, entre outras. Já temos algum acúmulo na discussão sobre os riscos de se tomar a língua portuguesa equivocadamente como o que nos uniria, uma porta de entrada privilegiada para nossos empreen-

5 Este panorama é resultado de um passeio pelos sites dos PPGAS levantando as linhas de pesquisas, os interesses de pesquisa do corpo docente, as teses e dissertações defendidas nos últimos 15 anos e as disciplinas ofertadas; pelos anais das últimas sete Reuniões da Associação Brasileira de Antropologia, buscando dados sobre mesas, GTs e trabalhos apresentados na temática que aqui nos ocupamos. Algumas dificuldades ao lidar com estes dados precisam ser explicitadas. No âmbito dos Programas de Pós, ao visitar os sites, observamos casos de falta de informações ou dados desatualizados. Já no caso do levantamento de teses, dissertações e trabalhos apresentados nas Reuniões da ABA, limitamo-nos a trazer números e um breve levantamento dos temas, sabendo que um olhar mais cuidadoso sobre os conteúdos é fundamental para refletirmos sobre os diálogos teóricos que estes esforços de pesquisa encerram.

dimentos de pesquisa (Braz Dias, Thomaz, Trajano Filho e Silva, 2008). Talvez já como resultado destas reflexões, vivenciamos uma ampliação dos interesses dos antropólogos brasileiros para outras paragens.

Ainda observando os Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social, e pensando sobre o processo de formação dos estudantes, foi com curiosidade que notamos que, no elenco das disciplinas ofertadas pelos diversos programas, somente quatro deles trazem cursos que têm em seu título, explicitamente, o termo África. Este é um tema que merece atenção, pois sugere que no treinamento dos futuros estudiosos do mundo africano pode estar ausente a rotina de formação geral e aprofundada em Etnologia Africana, como também em alguns casos acontece com os nossos colegas da etnologia indígena e de outras áreas.

É certo que podemos estar diante de uma distorção originada pelos números pequenos. Mais apropriado seria analisar os programas de todas as disciplinas ofertadas nos últimos dez anos, de modo a identificar seus conteúdos. Assim, chegaríamos não apenas a números preliminares, mas ao que tem sido lido e, conseqüentemente, aos diálogos que os interessados em África têm estabelecido com seus colegas de outros lugares. Esta é uma tarefa por fazer, mas registramos aqui o levantamento de disciplinas com os seguintes títulos: “Antropologia da África Contemporânea” (UFPR); “Antropologia da África” e “Tópicos Especiais em Etnologia Africana” (UnB); “África – tribo, etnia, nação, conceitos básicos”, “África, ciência e colonialismo” questões teóricas”; “África e as Ciências Humanas”, “Religiões na África” (POSAFRO); “As Elites Culturais Africanas: trajetórias e discursos múltiplos na formação dos estados contemporâneos”, “Introdução à etnologia da África Sub-sahariana”, “Etnia, Poder e Identidade Nacional em África”, “Tópicos de Antropologia das Populações Afro-brasileiras e Africanas” (USP).

Em relação ao universo das publicações acadêmicas, ainda está por ser sistematizada a produção em periódicos, livros autorais e coletâneas. Ainda assim, nossa circulação pelo universo bibliográfico brasileiro sobre África sinaliza um crescimento do número de trabalhos sobre o tema. Por ora, o que podemos fazer é trazer o exemplo de esforços recentes de reunir pesquisadores brasileiros em seminários e coletâneas que colocam em diálogo iniciativas de pesquisa que se encontram dispersas pelo país.

A coleção publicada pela ABA Publicações destaca-se nesse sentido. Num intervalo de seis anos, foram publicadas seis coletâneas, uma delas já em sua segunda edição (Trajano Filho, 2010; Braz Dias e Lobo, 2012; Sansone, 2012; Trajano Filho, 2012a; Lobo, Motta e Trajano Filho, 2014; Lobo e Braz Dias, 2016). Estas obras são resultados de dois projetos financiados pela Capes e Capes/AULP. O primeiro projeto foi realizado pelos Programas de Pós-Graduação da UnB, da

Federal de Pernambuco e da Federal da Bahia, contando com docentes e estudantes de pós-graduação. No segundo caso, o financiamento envolveu a UnB e a Universidade de Cabo Verde (UniCV).⁶

Esforços de reunir pesquisadores brasileiros (e não só) interessados em contextos africanos também se reverteram nos últimos anos em dossiês em revistas centrais da antropologia brasileira. Além deste que vem a público na *Revista de Antropologia* da USP, destacamos o dossiê “O colonialismo em África e seus legados: classificação e poder no ordenamento da vida social”, publicado em 2015 pelo *Anuário Antropológico*.

Todavia, se o universo das publicações constitui um campo de possibilidades para ampliar diálogos em âmbito nacional e internacional, isso não opera sem dilemas. Citamos alguns: em primeiro lugar, o desconhecimento e certo desinteresse por parte dos nossos pares brasileiros sobre África. A centralidade do Brasil na antropologia aqui produzida (Trajano Filho, 2012a) por vezes dificulta o diálogo e restringe possibilidades. É a duras penas que abrimos um tímido espaço em congressos, conseguimos apoio financeiro para seguir fazendo pesquisa e alcançamos diálogos densos com colegas que, muitas vezes, estão na sala ao lado. Um segundo dilema (que se desdobra do primeiro) tem a ver com o *ethos* competitivo de nossa pós-graduação, medido pelo sistema de avaliação nacional, o Qualis Capes e sua famosa Plataforma Sucupira. Nele, o pesquisador vale o quanto ele publica e onde publica! Tal sistema acaba por desestimular um diálogo, que para nós é muito caro, com nossos colegas africanos. Há periódicos africanos clássicos, com grande reconhecimento internacional que, entretanto, não são bem avaliados pelo Qualis. Se, como já dito, a palavra de ordem é internacionalização, precisamos refletir sobre que internacionalização queremos. Se essa se reduz a publicações em inglês em nossos periódicos ou naqueles do Norte Global (que, certamente são caminhos importantes), seguiremos preterindo diálogos internacionais profícuos. E, ao tentarmos dar conta de tudo, acabamos enredados num volume trabalho que por vezes se faz hercúleo e nos adocece.

Para fecharmos este levantamento com uma nota positiva, voltamos o olhar para os Anais das Reuniões da Associação Brasileira de Antropologia (RBA) dos últimos 12 anos e sentimos um alento. Ocorreu-nos fazer essa busca ao lembrar dos primeiros anos de pesquisa em cenário africano, quando acessávamos as chamadas para Apresentação de Trabalho em GTs na RBA e nos sentíamos peixes fora d'água, com a sensação de que não havia nenhum lugar para nós. Se insistíamos, o resultado era submeter um texto sobre, por exemplo, a emigração feminina em Cabo Verde a um GT no qual todos os trabalhos eram sobre tráfico de mulheres; ou, submeter um *paper* sobre a maternidade compartilhada entre mãe e avó em Cabo Verde e ir parar num GT sobre homoafetividades. Porém,

⁶ Esta lista da produção de livros sobre a África não é exaustiva e se refere apenas às coletâneas publicadas no âmbito de um projeto Procad e um de mobilidade AULP. Vários outros trabalhos, como o de Mancagno (2006), Parés e Sansi (2011), Lucas e Silva (2009), Lobo (2014), deveriam ser agregados a essa lista.

entre 2004 e 2016 saímos de um cenário de apresentações de trabalhos sobre África espalhadas em um GT aqui e outro acolá para um crescente número de Mesas Redondas e GTs que explicitamente trazem esta temática em seus títulos. Chamam atenção as últimas edições da RBA, em 2012, 2014 e 2016, nas quais tivemos Grupos de Trabalho sobre Estudos Africanos no Brasil, suas perspectivas, diálogos e desafios, que contaram com cerca de 15 apresentações orais sobre temas os mais diversos, como família, linguística, gênero, migrações, questão fundiária, colonialismo, comércio, entre outros. Anotamos, ainda, a existência de um GT que aborda temas pesquisados no continente no Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, a Anpocs.

Sobre as razões do crescimento dos estudos africanos no Brasil, seria complexo delinear-las. Certamente, cabe apontar um processo geopolítico mais amplo, parte integrante do Estado-nação brasileiro e a tendência geral de internacionalização das universidades do país.

Salientamos que, se este cenário nos traz diversos desafios, ele também apresenta um conjunto de oportunidades. Dentre elas, a que mais nos estimula é a crescente possibilidade de diálogo que temos construído, pelo menos em dois sentidos. Primeiro, internamente às instituições em que trabalhamos. Se, no início deste século, sentíamos-nos quase isolados, hoje começam a se constituir grupos de pesquisa que congregam estudantes de graduação, pós-graduação e colegas de outras universidades. Segundo, e este dossiê é um exemplo disso, os diálogos interinstitucionais têm se mostrado possíveis e frutíferos apesar das (ou graças às) diversidades temáticas, de interesses e perspectivas dos processos de formação. Embora as iniciativas de pesquisas de brasileiros em contextos africanos sejam embrionárias, seu dinamismo dos últimos anos nos permite começar a pensar nas peculiaridades dos olhares brasileiros para África.

OLHARES CRUZADOS...

O que esses olhares cruzados têm a contar aos estudiosos das realidades africanas no Brasil e aos pesquisadores do social em geral? O que nesses textos se encontra que não é facilmente localizado nas produções dos centros hegemônicos da disciplina, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos. O que tem as ciências sociais que vêm sendo realizadas no continente africano, por africanos e não africanos de proveniências variadas, aqui representadas nesses seis trabalhos, a contribuir, através de uma fertilização cruzada, para o desenvolvimento das pesquisas produzidas por gente oriunda de instituições acadêmicas não hegemônicas, tanto as que estão localizadas no chamado “Sul-Global” quanto as dos “quase-centros” (instituições de países europeus que nunca foram impérios coloniais ou dos que se mostraram impérios dependentes)?

Primeiramente, os trabalhos que constituem este dossiê nos contam que a experiência social africana é complexa e muito diferenciada. Sob a categoria guarda-chuva “África” se desenrolam experiências sociais heterogêneas e díspares. Tal variedade se deve a uma vasta gama de razões. Dentre tantas, de natureza geral, destacamos as condições sociais e históricas distintas vividas pelas populações africanas referidas nestes ensaios e os constrangimentos ecológicos particulares aos quais elas estão sujeitas. Há, entretanto, uma questão interna à prática das ciências sociais, produto da bifurcação entre estruturas sociais objetivas (no caso, as relações assimétricas entre as sociedades pós-coloniais e os antigos impérios coloniais) e as biografias dos cientistas sociais africanos. Conforme é apontado na contribuição de Carlos Cardoso, muitos cientistas sociais africanos obtêm seus doutorados em instituições estrangeiras de países europeus, americanos e, mais recentemente, asiáticos. Uma vez de volta à casa, eles procuram reproduzir localmente sua formação. O resultado não poderia ser diferente: formados em lugares diversos, segundo tradições tão plurais e buscando reproduzir localmente os princípios de sua formação, as práticas de pesquisa se mostram diversificadas, quando vistas globalmente. Isto certamente contribui para um quadro multifacetado e complexo da experiência social africana, tal como abordada pelas ciências sociais.

Em segundo lugar, os olhares cruzados apresentados neste dossiê têm um enorme potencial de fertilizar as práticas científicas, aportar criatividade e renovação ao conhecimento antropológico, especialmente nos atuais tempos anti-heroicos de repetição, imitação e crise na produção de demanda. Mais ainda, somente com a continuidade e com a intensificação de olhares cruzados será possível fazer surgir, de fato, um ecúmeno global antropológico, que seja expressão das variadas práticas disciplinares locais em competição no campo de forças que é o mercado acadêmico. Acreditamos firmemente que este é o sonho, a utopia, do projeto antropológico. Assim sendo, essa trilha nos permitirá corrigir a miopia e as ilusões provocadas pela *view from the center* (Stocking Jr., 1982, Velho, 2006) e, com criatividade, fazer avançar o conhecimento antropológico já consolidado sobre o nosso próprio mundo social.

Nossa leitura dos trabalhos apresentados neste dossiê revela que todos eles compartilham, de maneira diferenciada e com variados graus de intensidade, um conjunto de preocupações de fundo sobre as quais discorreremos a seguir. Os seis trabalhos, cada um a seu modo, põem em relevo, em primeiro lugar, a questão da reflexividade. Em segundo lugar, destaque também é dado aos enquadramentos disciplinares, havendo uma inclinação geral a favorecer a multidisciplinaridade. Em terceiro lugar, a aposta nos olhares cruzados ou, como colocada em muitos dos textos, no diálogo entre pesquisadores do “Sul-Global” é outra preocupação de fundo presente nos textos aqui apresentados. Como um

desdobramento dessa problemática, encontramos em grande parte das contribuições uma tensão entre um saber teórico-generalizante e um saber histórico ou etnográfico e particularista. No restante desta seção, refletimos sobre essas três preocupações de fundo.

A reflexão sobre o lugar de fala do pesquisador e a aposta de que com esse foco é possível agregar uma camada extra de significação à produção do conhecimento ou à análise são marcantes nos seis textos deste dossiê. A contribuição de Carlos Cardoso é a menos pontuada pelo atributo da reflexividade, mas explicita um lugar institucional de onde fala – como diretor do departamento de pesquisa do CODESRIA. Cardoso faz um rico diagnóstico das ciências sociais na África lusófona e, pelo espelhamento que todo movimento reflexivo produz, ainda lança uma luz complexa sobre a produção de conhecimento de caráter social em todo continente africano. A postura reflexiva, nesse caso, agrega autoridade e legitimidade ao diagnóstico proposto, introduzindo uma medida extra de força argumentativa em seu argumento de que as ciências sociais no continente africano são muito marcadas pela abordagem monográfica e etnográfica, o que, segundo o autor, não é acompanhada por uma teorização original.

Também adotando uma estratégia reflexiva, a contribuição de Colin Darch explicita alguns atributos de um “eu metodológico” (ver também a contribuição de Claudio Furtado neste dossiê) para poder traçar as linhas gerais de certo período da história do Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em Moçambique – em especial, a contribuição de sua diretora científica, Ruth First. Darch inicia seu texto retomando as inúmeras travessias físicas e existenciais que fez do seu mundo de origem, a Inglaterra, até chegar à África do Sul, com paradas mais ou menos longas na Etiópia, Tanzânia, Moçambique, Zimbábue e Brasil. O curioso nesse caso é que lemos sobre um expatriado inglês branco que reflete sobre as transversalidades e sobre os olhares cruzados de uma mulher sul-africana branca, ativa militante contra o *apartheid* na África do Sul, numa época em que se envolveu de corpo e alma com a construção do socialismo em Moçambique.

Brigitte Bagnol tem um percurso semelhante ao de Darch, com a diferença de que sua origem é francesa e seu tempo é agora – se Darch começa sua travessia nos anos 1960, Bagnol inicia a sua cerca de 20 anos mais tarde, nos anos 1980. A autora também se apoia numa reflexividade estratégica para percorrer rapidamente todo o continente africano, com algumas pitadas de latino-américa, detendo-se sobre suas experiências com a violência. A fome, a guerra e as doenças são as âncoras básicas dessa violência que afeta, sobretudo, as mulheres.

Esmeralda Mariano procura em seu trabalho desconstruir a visão de que os atores sociais estão sempre localizados em “espaços delimitados e localizados”. Seu êxito nessa empreitada em muito se deve às estratégias reflexivas adotadas

em suas pesquisas sobre sexualidade em Moçambique, em especial seu foco nas experiências intersubjetivas associadas à história de seu próprio nome. Revelando-se como antropóloga local e global, Mariano revela os limites e a natureza histórica (e colonial) da distinção entre nativo e não-nativo.

Nos dois textos restantes, a estratégia reflexiva se mostra ainda mais intensa. Zethu Matebeni, uma cientista social sul-africana negra e lésbica, oferece-nos uma preciosa análise acerca de como os banheiros representam para as ativistas lésbicas negras da África do Sul um espaço ao mesmo tempo de alegria e prazer, bem como de violência e morte: orgulho e humilhação social se entrecruzam. Seu caminhar pelos banheiros de *Cape Quarter* no dia do *Cape Town Pride* é fascinante, ancorando e dando sentido ao seu esforço por teorizar os corpos *queer* na África do Sul contemporânea.

Por fim, Claudio Furtado, percorre reflexivamente seu trajeto como cabo-verdiano que veio ao Brasil fazer seus estudos universitários e ainda hoje mantém estreitos vínculos com o país. O autor aciona sua memória e faz emergir mais que um “eu metodológico”: um conjunto de atributos sociais que constituem o eu do autor (gênero, origem, classe etc.). O artigo coloca em evidência como sua pessoa, um conjunto maior que a soma de seus papéis sociais, constitui-se por meio de seus encontros em situações sociais concretas: é a trajetória da pessoa/autor que vai tornar possível uma desconstrução engenhosa da autoimagem de Cabo Verde, hegemônica desde os “claridosos” dos anos 1930 e 1940, como um pequeno Brasil.⁷ Como se isto não bastasse, Furtado, num movimento de espelhamento refinado, brinda-nos como uma imagem do Brasil e dos brasileiros que não parece poder ser obtida localmente, uma representação um tanto inusitada para nós, mas muito corriqueira por observadores africanos, cujo sentido mais amplo só poderia ser alcançada por meio de um olhar cruzado. É impagável a descoberta da ignorância brasileira sobre a África e os africanos: como se vem da África? De ônibus? De trem?

O problema disciplinar é o segundo tema comum aos seis trabalhos. Exercitando nossa reflexividade, escrevendo do Brasil – onde as disciplinas que constituem as ciências sociais estão bem consolidadas, com uma autonomia conferida por métodos, teorias, temáticas e formas gerais de abordagem aos fenômenos sociais –, pode parecer inusitado o questionamento das identidades disciplinares. Porém, os olhares cruzados que compõem este dossiê nos mostram um outro modo de perceber e vivenciar nossa prática. Trata-se de uma forma de abordar o social em que as identidades disciplinares, tão caras a muitos de nós, não são tão valorizadas, em que as fronteiras que dividem as várias disciplinas da sociedade e da cultura não são tão rígidas e o movimento dos investigadores entre as áreas do conhecimento é rotineiro.

Excetuando-se o trabalho de Mariano, em que a autora se identifica como

7 Sobre o movimento Claridade e seus participantes, os “claridosos”, ver Anjos (2002).

antropóloga desde o início, todos os outros são uma ode à multidisciplinaridade ou uma instância de desapego ao egoísmo disciplinar. Colin Darch e Carlos Cardoso, cada um a seu modo, defendem explicitamente a multidisciplinaridade e de algum modo associam a divisão do trabalho acadêmico entre as disciplinas a um processo histórico e epistemológico específico, relacionado à experiência de dominação colonial pela qual passaram as populações do continente africano. Assim, as ideias de fronteiras disciplinares rígidas, independência, autonomia e identidades disciplinares soam a eles como um resquício de um sistema de dominação do qual é melhor manter distância. De alguma maneira, a própria criação de uma agenda africana de pesquisa, independente das agendas eurocêntricas no que diz respeito às temáticas, métodos e teorias, estaria condicionada ao apagamento das fronteiras disciplinares, à mistura criativa de teorias e conceitos.

Os textos de Zethu Matebeni e Cláudio Furtado não fazem apologia à multidisciplinaridade, mas em nenhum momento se identifica neles um elogio às virtudes disciplinares. Furtado definitivamente não se identifica como antropólogo e em sua produção (neste dossiê e alhures) se observa um hibridismo disciplinar muito característico do olhar cruzado oriundo de África. Furtado parece se sentir à vontade em qualquer das áreas disciplinares do que chamamos de ciências sociais. Matebeni mescla seu arguto olhar etnográfico com o de uma intelectual engajada nas questões relativas a gênero e a sexualidade, preocupada simultaneamente em contribuir para a produção de uma teoria dos corpos sul-africanos (negros) e uma teorização autêntica da experiência *queer* da África do Sul.

É interessante passar os olhos pelas referências bibliográficas ao fim dos trabalhos. Seu exame revela que os autores desses olhares cruzados fazem uso de textos cujos autores têm proveniência disciplinar diferenciada ou não são reconhecidos por suas lealdades disciplinares. Cientistas sociais ou pensadores do social seriam rótulos que os identificariam melhor que antropólogos, sociólogos, historiadores etc.

A ambição teórica ou o esforço por teorizar é a última preocupação compartilhada por este conjunto de artigos que queremos sublinhar. Ela aparece sob formas distintas e muito ricas. Ao passar em revista a história do Centro de Estudos Africanos (CEA) e o papel de sua diretora científica, Colin Darch destaca que, no período examinado, o esforço dos pesquisadores do Centro era em direção à desconstrução das relações de dominação (políticas, ideológicas e epistemológicas). Dois recursos intelectuais são mencionados nesse sentido: uma mistura criativa de teorias e conceitos, que produziria, quando exitosa, novas sínteses; e a crítica ao modo hegemônico de se fazer uma ciência social – ou seja, nas palavras de Darch, uma crítica aos “positivismos do norte”.

Esse tema é retomado e aprofundado por Carlos Cardoso, que sinaliza, como grandes desafios ao desenvolvimento das ciências sociais em África: (a)

a construção de uma agenda africana de pesquisa; (b) o desenvolvimento de uma biblioteca africana em substituição à biblioteca colonial (Mudimbe, 1988); (c) a superação de uma divisão internacional do trabalho intelectual que coloca os cientistas sociais em situação de subordinação; e (d) o esforço por uma teorização original que leve à ruptura dos paradigmas que têm balizado em escala global a prática das ciências sociais. De maneiras variadas, esses quatro desafios estão implicitamente presentes nos outros trabalhos deste dossiê, seja no chamado de Matebeni por uma teorização da experiência *queer* na África do Sul; na crítica de Darch à divisão global do trabalho, que pretensamente torna os pesquisadores da periferia fornecedores de dados para geração de teorias no Norte; na problematização de Mariano acerca da distinção entre nativo e não-nativo; e nos ricos movimentos de estranhamento com os quais Furtado avança sua reflexão sobre Cabo Verde, a África e o Brasil.

A intensificação dos olhares cruzados é uma das estratégias propostas pelos autores para se alcançar os objetivos contidos nos desafios acima apontados. Primeiramente, todos eles sugerem, explícita ou implicitamente, o aprofundamento do diálogo entre pesquisadores do “Sul-Global” como uma das ações necessárias à formulação de uma teorização original e à superação das assimetrias no mundo intelectual em escala global. Acordos de cooperação entre instituições africanas de pesquisa e centros acadêmicos de países como o Brasil, Índia ou México (e nós incluiríamos até mesmos centros europeus em países não hegemônicos, como Portugal, Espanha e Itália) são apontados como formas de se escapar parcialmente da força gravitacional dos centros hegemônicos. Na falta dessa cooperação interinstitucional regular, os trajetos e as travessias de alguns desses autores (Furtado, Bagnol, Darch) sugerem que os olhares cruzados e os diálogos entre a gente do Sul podem renovar e inovar o pensamento social (dos africanos ou não) sobre a África.

Uma outra forma de olhar cruzado que merece uma menção especial, em função de sua potencialidade de produzir novas sínteses, seria aquela em que o olhar cruza não somente as fronteiras entre Estados e nações, mas também entre formas e áreas do saber. Neste dossiê, esse cruzamento se registra nas contribuições de Furtado e Matebeni. Os dois autores sugerem que devemos também contemplar em nosso horizonte as artes como fonte de inspiração teórica. Furtado, por exemplo, inicia seu percurso reflexivo com o universo da música popular, analisando algumas letras de músicas clássicas para o repertório musical cabo-verdiano. Matebeni é ainda mais ousada e vai buscar nas metáforas visuais de um artista plástico sul-africano de origem khosa novas possibilidades para se pensar os corpos e a experiência *queer* na África do Sul. Em ambos os casos, temos uma inclinação para ir além da linguagem-jargão característica das ciências sociais, tomando emprestado metáforas visuais e musicais para pensar o social.

Acreditamos que essa inclinação para experimentar no plano da linguagem ou para levar a sério as formas artísticas de compreensão do social e subverter gêneros de interpretação consolidados tem um enorme potencial para produzir formas inovadoras de pensar o mundo (Braz Dias, 2012; Trajano Filho, 2016).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, José Carlos dos

2002 *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde*. Praia, INIPC/Editora da UFRGS.

BLASER, Thomas; BAGNOL, Brigitte; MATEBENI, Zethu; SIMON, Anne; e MANUEL, Sandra

2010 “‘Raça’, ressentimento e racismo: transformações na África do Sul”. *Cadernos Pagu*, (35): 111-137.

BRAZ DIAS, Juliana

2012 “Dançando ao som da poesia: gêneros de cultura popular e transformação de categorias sociais”. In TRAJANO FILHO, Wilson (org.). *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos*. Brasília, ABA Publicações.

BRAZ DIAS, Juliana; THOMAZ, Omar Ribeiro; TRAJANO FILHO, Wilson; e SILVA, Kelly

2008 “Brazilian Anthropologists in Africa: Remarks on Theory, Politics and Fieldwork Overseas”. *Vibrant*, 5: 277-303.

BRAZ DIAS, Juliana e LOBO, Andréa (orgs.)

2012 *África em movimento*. Brasília, ABA Publicações.

CESARINO, Letícia

2017 “Anthropology and the South-South Encounter: On ‘Culture’ in Brazil-Africa Relations”. *American Anthropologist*, 119(2): 333-34.

COLIN, Darch

2017 *O continente demasiado grande: reflexões sobre temáticas africanas contemporâneas*. Série Brasil & África. Coleção Ensaios, 3. Recife Editora UFPE.

FRY, Peter

- 2004 “Internacionalização da disciplina”. In TRAJANO FILHO, Wilson e LINS RIBEIRO, Gustavo (orgs.). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro, ContraCapa.

HOUNTONDJI, Paulin J.

- 2008 “Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80: 149-160.

LOBO, Andréa

- 2014 *Tão longe tão perto. Famílias e “movimentos” na ilha da Boa Vista de Cabo Verde*. E-Book. Brasília, ABA Publicações.

LOBO, Andréa e BRAZ DIAS, Juliana (orgs.)

- 2016 *Mundos em circulação: perspectivas sobre Cabo Verde*. Brasília/Praia, ABA Publicações/Edições UniCV.

LUCAS, M.E. e SILVA S.B. (orgs.)

- 2009 *Ensaio etnográfico na ilha de Santiago de Cabo Verde: processos identitários na contemporaneidade*. Praia, Editora da UNICV7 Editora da UFRGS.

MACAGNO, L.

- 2006 *Utros muçulmanos: islão e narrativas coloniais*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

MARQUES, Diego e JARDIM, Marta

- 2012 “O que é isto: ‘a África e sua História?’”. In TRAJANO FILHO, Wilson (org.). *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos*. Brasília, ABA Publicações.

MOTTA, Antônio; LOBO, Andréa; e TRAJANO FILHO, Wilson (orgs.)

- 2014 *África fora de casa. Imagens fora de lugar*. Recife, Editora UFPE.

MOUTINHO, Laura

- 2004 *Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul*. São Paulo, UNESP.
- 2014 “Sob a ótica do feminino: raça e nação, ressentimentos e (re)negociações na África do Sul pós-*apartheid*”. In WERNECK, Alexandre e CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (orgs.). *Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, pp. 150-170.

MOUTINHO, Laura e CARRARA, Sérgio Luis

2010 “Raça e sexualidade em diferentes contextos nacionais”. *Cadernos Pagu*, v. 35: 1-26.

MOUTINHO, Laura; LOPES, Pedro; ZAMBONI, Marcio; RIBAS, Mario; SALO, Elaine

2010 “Retóricas ambivalentes: ressentimentos e negociações em contextos de sociabilidade juvenil na Cidade do Cabo (África do Sul)”. *Cadernos Pagu*, v. 35: 139-176.

MUDIMBE, Valentin-Yves

1988 *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge*. Bloomington, Indiana University Press.

PARÉS, L.N. e SANZI, R. (orgs.)

2011 *Sorcery in the Black Atlantic*. Chicago, The University of Chicago Press.

PEIXOTO, Fernanda Arêas

2015 *A viagem como vocação. Itinerários, parcerias e formas de conhecimento*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

SANSONE, Lívio (org.)

2012 *Memórias de África: patrimônios, museus e políticas das identidades*. Salvador/Brasília, EDUFBA/ABA Publicações.

STOCKING JR., George W.

1982 “Afterword: A View from the Center”. *Ethnos*, 47(1): 173-186.

TRAJANO FILHO, Wilson

2010 (org.) *Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. ABA Publicações.

2012a (org.) *Travessias antropológicas. Estudos em contextos africanos*. Brasília, ABA Publicações.

2012b “A África e o movimento: reflexões sobre os usos e abusos dos fluxos”. In BRAZ DIAS, Juliana e LOBO, Andréa (orgs.). *África em movimento*. Brasília, ABA Publicações.

2016 “Da música à crioulização: uma estória de conversão”. *Anuário Antropológico*, 41 (2): 205-263.

VELHO, Otavio

- 2006 “The Pictographics of *Tristesse*: An Anthropology of Nation-Building in the Tropics and Its Aftermath”. In LINS RIBEIRO, Gustavo e ESCOBAR, Arturo (orgs.). *World Anthropologies: Disciplinary Transformations in Systems of Power*. Oxford, Berg Publishers.